

**UTOPIA POLÍTICO-SOCIAL:
TECNOCRACIA E EDUCAÇÃO SAINTSIMONIANA¹**
<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v5i2.25528>

Flávio Reis dos Santos*
José Carlos Rothen**

*Universidade Estadual de Goiás – UEG. reisdosantos.flavio@gmail.com

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. jcr3219@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apontar a fundamentação teórica tecnocrática contida nos escritos do Conde de Saint Simon para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária em substituição ao modelo capitalista, bem como especificar a utilidade instrumental do campo educacional para a adequação dos sujeitos aos padrões da nova sociedade para e na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, na razão em que se acredita que os livros e as obras de referência constituem fonte perene da qual é possível retirar as evidências necessárias para sustentar declarações e argumentações. Na essência saintsimoniana, conclui-se que o estabelecimento da sociedade tecnocrática é impraticável, na medida em que deixa de considerar as condições para a sua legitimação. Contudo, a utópica sociedade tecnocrática, pode ser entendida pela primazia da eficiência técnica produtiva, pela utilização e aplicação racional dos recursos materiais e intelectuais, e pela valorização das atividades inerentes ao exercício da autoridade profissional na perspectiva de garantir o bem-estar individual e coletivo de toda a humanidade.

Palavras-chave: capitalismo, tecnocracia, educação, Saint Simon.

Abstract: socio-political utopia: technocracy and education saintsimonian.

The purpose of this article is to point out the theoretical technocratic foundation contained in writings of Comte de Saint Simon for building a fairer and more egalitarian society to replace the capitalist model, as well as specify the instrumental utility of educational field to the appropriateness of the subject of the new society standards for and in the first half of the 19th century. This is a search of bibliographic in nature right in that it is believed that the books and works of reference are perennial source from which it is possible to remove the necessary evidence to support the assertions and arguments. In the saintsimonian essence, it is concluded that the establishment of the technocratic society is impractical, insofar as it fails to consider the conditions for its legitimacy. However, the technocratic society utopia can be understood by the primacy of productive technique efficiency, for the use and rational application of intellectual and material resources, and the appreciation of the activities inherent in the exercise of professional authority in order to guarantee the individual and collective well-being of all mankind.

Keywords: capitalism, technocracy, education, Saint Simon.

¹ Este artigo, em cujo texto foram feitas algumas alterações, faz parte da tese de doutorado defendida por Flávio Reis dos Santos, em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Introdução

O sistema capitalista constitui o movimento de expansão e diversificação do processo produtivo de criações múltiplas que não deve ser dissociado do movimento de produção intelectual que resultou no surgimento das ciências positivas e na emergência de novos critérios de verificação, análise e certificação científicas. Do mesmo modo, as técnicas industriais e as artes e ofícios não podem ser separadas da evolução das ciências da natureza, pois o progresso do conhecimento científico se encontra vinculado ao desenvolvimento industrial.

Nestes termos, localizamos as proposições teóricas do Conde de Saint Simon, que se apresentam como alternativa política caracterizada pela perspectiva da instituição de uma administração científica do Estado, na qual e pela qual os interesses privados e as ideologias capitalistas deveriam ser desprezados, em prol da promoção do bem-estar comum da população mundial. Os problemas políticos, econômicos e sociais deveriam ser solucionados e superados mediante a aplicação de técnicas eficientes e eficazes de planejamento, coordenação e direção da administração de uma nova sociedade conduzida por uma racionalidade tecnocrática.

O objetivo deste estudo é movido pela perspectiva de identificar na obra de Saint Simon os fundamentos centrais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como especificar a disposição do campo educacional e a necessidade de seu ajustamento à satisfação dessa nova sociedade. Dividimos o texto em cinco seções, sendo a primeira esta introdução.

Na segunda seção, apontamos as proposições teóricas que orientam as teses gerais do Conde de Saint Simon, justificadas pela utilização de uma racionalidade técnica e científica para a coordenação e condução política da sociedade, tendo em vista a promoção do bem comum.

Apresentamos na terceira seção, as argumentações saintsimonianas sobre a necessidade de substituição da classe política parasita, individualista e burocrático-estadista pela competência e eficiência técnicas dos cientistas, orientados por uma nova epistemologia: a 'fisiologia social'.

Na quarta seção, procuramos especificar as definições saintsimonianas sobre a educação, a instrução e o ensino; apresentamos, ainda, as

proposições do autor para a edificação de um sistema público de instrução, fundamental para a formação da classe trabalhadora, que, associado aos sistemas científico, legislativo, religioso e artístico, asseguraria o sucesso da nova sociedade.

Finalizamos os nossos apontamentos especificando os fundamentos tecnocráticos de Saint Simon para a instituição da sociedade conduzida pela racionalidade tecnocrática, bem como apresentando os nossos argumentos sobre a impossibilidade de seu estabelecimento.

Utopia social saintsimoniana

De acordo com análises e reflexões, entendemos que parte das teses de Saint Simon tem influenciado os debates econômicos, políticos, sociais e culturais na sociedade contemporânea, tendo em vista a peculiaridade de suas proposições sobre uma estrutura social global, planejada para substituir a vigência do capitalismo, orientada pelo ideal industrial, pela primazia e valorização da técnica e da produção em seu limite máximo. À tal peculiaridade, empregamos a palavra 'tecnocracia', consubstanciada no pioneirismo de seu autor e na fundamentação teórico-científica de suas concepções como alternativa político-social ao capitalismo.

Na apreensão de Saint Simon, a elaboração de um novo sistema de conhecimentos científicos resultaria numa reorganização dos sistemas de religião, política, moral, educação pública e, especialmente, do clero, com a ocorrência de uma substituição sumária dos sacerdotes pelos cientistas, que concentrariam em suas mãos todas as funções, direitos e privilégios atribuídos até então ao corpo eclesiástico, e cuja substituição era perfeitamente coerente com o caráter essencialmente autoritário da tecnocracia (SAINT SIMON, 2004).

Os fundamentos centrais de orientação da sociedade tecnocrática saintsimoniana são constituídos pela eficiente utilização e eficaz aplicação dos recursos materiais e imateriais na perspectiva de garantir o pleno emprego das fontes de energia e matérias-primas, equipamentos e força de trabalho para eliminar o desperdício de qualquer ordem e assegurar à humanidade o fornecimento e a distribuição das riquezas produzidas para a promoção do bem-estar social.

Os recursos materiais podem ser compreendidos por sua materialidade,

disponíveis em sua forma natural, como: terra, árvores, minerais etc., ou desenvolvidos pela ação transformadora do homem, como: casas, prédios, fábricas, ferramentas, máquinas e demais equipamentos empregados na produção de um bem ou mercadoria. Os recursos imateriais representam a natureza abstrata, associados à inteligência e intelectualidade humanas, à formação técnica e acadêmica dos cientistas, industriais, engenheiros e aos conhecimentos acumulados ao longo da história da civilização, necessários ao estabelecimento e desenvolvimento da indústria e da sociedade.

Saint Simon (1875, p. 38-45) argumentava que as bases para impulsionar a construção de uma sociedade liderada e dirigida pela racionalidade técnica e produtiva dos cientistas localizavam-se na força e nas relações econômicas da própria sociedade. A construção de uma nova ordem social e a promoção do bem comum seriam possíveis mediante a aplicação e o desenvolvimento de técnicas industriais eficazes para o progresso produtivo e para fornecer à classe industrial informações, conhecimentos, instrumentos e ferramentas, necessárias para a retirada dos nobres, militares, clérigos, leigos, metafísicos e rentistas da direção da sociedade.

A relação paradoxal entre dominante e dominado – burguesia e proletariado – associada ao contexto revolucionário da sociedade europeia dos primeiros anos do século XIX seria superada, segundo Saint Simon, com o advento da indústria e da ciência, pois somente “[...] os cientistas, cada um em seu domínio, eram os homens que possuíam as condições de fornecer à sociedade os meios úteis para realizar esse empreendimento”, uma vez que as “[...] pessoas ricas não têm tido, até o presente, outra ocupação além de mandar e obrigar outros braços e cabeças a trabalhar em seu favor” (SAINT SIMON, 2004, p. 10). Na concepção saintimoniana, somente a ciência poderia assegurar a sua utilidade e demonstrar que os cientistas eram homens superiores, pois apenas o interesse comum era importante: o progresso científico e industrial para a superação da sociedade capitalista em direção à instituição da sociedade tecnocrática.

Saint Simon (1817) infere que a dinâmica que revestiu os conflitos sociais indicando para a constituição de um novo modelo de sociedade na época da Restauração Francesa deveu-se à articulação dos seguintes fatores: crescimento industrial; destituição hegemônica das classes feudais e ociosas; declínio do Estado sustentado

pelo Antigo Regime; organização progressiva do pensamento positivo (revolução filosófica).

Em seu entendimento, esse período de transição política significou a ruptura com a antiga estrutura feudal e trouxe à superfície a divisão interna entre as forças incompatíveis e conflitantes, caracterizada pela inabilidade da classe dominante divergente em seu interior para edificar uma nova ordem social, representada materialmente pelos leigos e burocratas que operavam o aparelho de Estado para proteger os interesses antissociais das classes ociosas, constituídas por rentistas² e proprietários ausentistas de um lado; e de outro lado, pelos pensadores metafísicos que proclamavam um credo inconsistente, fundado em princípios negativos de igualdade e direitos naturais abstratamente concebidos, inspirados no ceticismo racionalista.

Para Saint Simon (1817), a ciência sempre foi a inseparável e fiel escudeira da indústria na luta contra o mesmo sistema opressivo, pois, à medida que a indústria se opôs ao poder territorial-militar, a obstinada força da ciência fez ruir o sistema das crenças teológicas que legitimavam a dominação feudal. Segundo o autor, foi a ciência associada à indústria, que promoveu a libertação do jugo feudal e seria capaz de suplantar qualquer força contrária à instituição da sociedade tecnocrática. Se, no passado, o povo foi súdito da classe militar-feudal, com o advento da indústria e o surgimento da classe industrial, se fez sócio dela. O inegável valor da aliança ciência e indústria pode ser justificado por seu caráter representado pelas combinações industriais, nas quais todas as pessoas são colaboradores e/ou associados do empreendimento, desde a mera mão de obra até o engenheiro mais capacitado, unidos pelo interesse comum.

O intelectual francês acreditava que a luta de classes existia em função da oposição praticada pela classe industrial à classe feudal, que teve início no momento em que a primeira se tornou escrava da segunda, ou seja, em sua apreensão, as antigas lutas entre senhores feudais e escravos, vilões e senhores feudais, senhores feudais e servos já expressavam as lutas de classes, que se desdobraram, em decorrência do desenvolvimento industrial e científico.

² Os rentistas são considerados por Saint Simon como sujeitos inúteis, pois não participam do processo produtivo com o esforço de seu trabalho material ou intelectual. Não empregam seus recursos nos meios de produção. São financistas e/ou agiotas.

Na obra *Catéchisme des industriels*, Saint Simon (1875) identifica, no interior da sociedade do século XIX, um grupo componente da classe burguesa, denominado ‘rentista’ adversário dos produtores e operários da classe industrial. Não encontramos uma definição específica em Saint Simon sobre a composição das classes sociais; há uma variação constante dos elementos componentes da classe industrial, bem como da oposição existente entre elas: os burgueses, em princípio, integram a classe dos industriais que é a classe produtora; em outro momento, os burgueses, assim como os nobres, os militares, os funcionários do governo e o clero não integram a classe produtora, pois representam a classe ociosa da sociedade europeia do século XIX.

À indefinição conceitual de classe social em Saint Simon se agrega a oposição e a situação entre os chefes dos trabalhos industriais, quer dizer os patrões, e os operários das fábricas. O termo trabalhador é empregado tanto para designar o produtor, (industriais e trabalhadores) quanto os operários, entendidos em função do emprego de sua força de trabalho no processo produtivo.

Segundo Saint Simon, a classe industrial era composta por todos aqueles que realizavam os trabalhos industriais de utilidade direta e indireta para a sociedade, por aqueles que dirigiam esses trabalhos e investiam os seus recursos nas fábricas, e por outros tantos que, de alguma forma, contribuía com trabalhos úteis para a produção e para o desenvolvimento do processo produtivo, como os agricultores ou industriais agrícolas, operários, artesãos, cientistas, engenheiros, comerciantes, banqueiros, chefes dos trabalhos industriais ou patrões.

O intelectual francês acreditava que a mera combinação dos interesses comuns, apesar de suas diversidades, deveria contribuir para a associação dos sujeitos e para a unidade no interior da classe industrial, conduzida pelos chefes das indústrias e os cientistas³ – de acordo

³ Precisamos manter viva a seguinte realidade francesa dos anos iniciais do século XIX: a ciência era os sábios acadêmicos; e a indústria era, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros. Acreditamos que as preocupações e o desejo incontornáveis de Saint Simon em estabelecer a supremacia da sociedade tecnocrática, tendo em vista garantir a existência de um mundo melhor para a classe mais numerosa e mais pobre da sociedade, em diversas situações e ocasiões, acabou por lhe embaçar a visão, deixando de considerar, por exemplo, as alianças firmadas entre

com Saint Simon –, pois não existia conflito entre operários e chefes dos trabalhos industriais que pudesse prejudicar o interesse maior: a instituição da sociedade sustentada na eficiência e eficácia técnico-científica, para a promoção do bem-estar comum.

Ciência social: condução política da sociedade

Saint Simon (1814) afirmava que a partir do momento em que a humanidade absorveu a possibilidade de adquirir e acumular riquezas pelo empreendimento pacífico, mediante o desenvolvimento de trabalhos industriais, seria natural que a direção temporal da sociedade fosse transferida das mãos de um poder militar às mãos da competência técnica e eficiente da classe industrial. A condução dos assuntos espirituais, por sua vez, deveria ser retirada da teologia e passada aos cientistas e intelectuais, pois somente eles detinham o conhecimento e a capacidade científica positiva. Contudo, os anos iniciais do século XIX demonstraram que a disposição e as características básicas da sociedade pouco mudaram, permanecendo sob a dominação das concepções do liberalismo econômico que haviam caracterizado o século anterior.

Na apreensão saintsimoniana, a resposta para a questão de quem deveria governar se encontrava na própria existência do Estado, para a condução da sociedade econômica tanto do tipo militar e teológico – Império Napoleônico – em que a indústria passou a desenvolver-se, quanto na época crítica – Restauração Francesa –, prolongada pela ação e atuação dos legistas e metafísicos, a fim de assegurar a manutenção dos privilégios e defender os interesses da burguesia.

Em qualquer etapa de seu desenvolvimento, a relação entre Estado e sociedade econômica demonstra que, em todo regime, o poder e a constituição políticos representam a expressão das manifestações próprias da condição da sociedade em seu conjunto. O Estado pode dominar artificialmente uma sociedade econômica madura para um regime industrial. Contudo, de tal dominação resulta o atraso do desenvolvimento industrial e a submissão da

as elites – que enxergava como produtiva – em defesa de objetivos e interesses comuns, distintos e distantes daqueles comungados pelos pobres trabalhadores (MARX; ENGELS, 1961, p. 310).

classe trabalhadora à dominação da classe dominante.

O Estado segundo Saint Simon (1817) configurava-se como instituição permanente da sociedade e, em muitas situações, representava um obstáculo para o desenvolvimento das forças sociais vivas, apesar de depender de suas atividades coletivas gerais para garantir a sua existência, pois permanecia sob o sistema de governo edificado pelos legistas e metafísicos.

O teórico social francês entendia que os legistas e metafísicos foram guiados pelo mesmo espírito de corpo, permaneceram fieis aos seus princípios, independentemente das crises políticas que abalaram o mundo europeu. Lutaram exaustivamente para manterem-se no poder e assumiram novas roupagens adequadas às circunstâncias do momento histórico. Os legistas e metafísicos configuraram-se como novos *proteus*, encarregados de formular e estabelecer os princípios do direito que resguardaram as vantagens da classe ou estratos dominantes em oposição aos interesses da classe proletária.

Na proposição saintsimoniana, a influência política dos legistas e metafísicos por sua própria condição deveria ser transitória, pois não dispunham de um planejamento organizacional voltado para a realização de transformações significativas nas condições de vida, da ampla maioria da população. Eles se mantiveram no poder e se aproveitaram do momento histórico que se impunha ao mundo ocidental para dominar a classe industrial.

Os legistas em face à Revolução Francesa por sua repercussão, influência e consequência não se opuseram à burguesia na tentativa de reorganizar o sistema feudal e teológico que havia perdido as suas forças reais. Muito pelo contrário, adaptaram-se imediatamente às novas condições político-sociais que se delineavam e apropriaram-se da organização do sistema industrial e científico, usurpando o papel que deveria ter sido assumido e desempenhado pelos industriais e cientistas, uma vez que:

[...] os nobres e seus partidários se mostravam muito ativos na política enquanto que os industriais permaneciam passivos neste aspecto e sem organização; deve concluir-se e se conclui, em efeito, que os trabalhadores, que os produtores de coisas úteis, embora muito superiores em forças físicas e morais aos nobres, legistas e metafísicos, continuam sob a sua dominação (SAINT SIMON, 2005, p. 182).

A proposta de substituição dos legistas e metafísicos na condução espiritual e material rumo à sociedade tecnocrática e à unidade europeia é especificada por Saint Simon em *Cartas de um habitante de Genebra a sus contemporâneos*, publicada em 1802. Em sua substituição assumiria a organização política da sociedade um conselho composto por cientistas e artistas – três matemáticos, três físicos, três químicos, três fisiólogos, três literatos, três pintores e três músicos – eleitos pela humanidade, constituindo o denominado ‘Conselho de Newton’. Este Conselho Central dividir-se-ia em quatro países: Inglaterra, França, Alemanha e Itália, devidamente representados, pela mesma quantidade de cientistas e artistas.

Organizados de forma disciplinada, seguiam os Conselhos de Divisão subdivididos em Conselhos de Seção. Todos os Conselhos dividiam-se em duas partes, a primeira constituída das quatro primeiras classes (matemáticos, físicos, químicos e fisiólogos) e a segunda das três últimas classes (literatos, pintores e músicos). O matemático que obtivesse o maior número de votos seria eleito o presidente de cada Conselho: Principal, Divisão, Seção.

Os membros dos Conselhos nomeariam anualmente cinco representantes: a) um adjunto, com direito à assistência e voz deliberativa, na ausência do titular; b) um Ministro de Culto, responsável pela condução das cerimônias, eleito pelos quinhentos associados mais fortes; c) uma pessoa que tivesse prestado trabalhos de grande utilidade ao progresso das ciências e das artes; d) uma pessoa que tivesse realizado aplicações úteis das ciências e das artes ao bem-estar comum; e) uma pessoa a quem se gostasse de dar provas de afeto pessoal. Todos os homens, sem exceção, seriam obrigados a desempenhar alguma função produtiva, considerados como “[...] operários incorporados a uma oficina, cujas atividades teriam por finalidade aproximar a inteligência humana da Clarividência Divina” (SAINT SIMON, 2004, p. 11-14).

A filosofia e a religião em Saint Simon não se poderiam excluir, pois as duas buscavam a unidade na dispersão. A primeira com a inteligência e a segunda com o sentimento. Para conferir ao seu estudo das sociedades uma materialidade científica que culminaria na formulação da ‘ciência do homem’ e forneceria à indústria a condição necessária para a instituição da sociedade tecnocrática, era preciso considerar as relações sociais como fenômenos fisiológicos.

Essa nova epistemologia⁴ fundava-se na ‘fisiologia social’ devendo ser orientada pelo método adotado por outras ciências físicas, mas de uma maneira positiva e não conjectural. A ‘fisiologia social’ não poderia adotar o mesmo modo de exposição da física dos corpos brutos, pois o elemento de vitalidade da vida em movimento se expressa na ciência do homem que representa uma fisiologia transcendente e concentra a sua ocupação no estudo dos corpos organizados. A ‘fisiologia social’ focaliza as suas preocupações no estudo do corpo social, uma das engrenagens componentes da sociedade.

Portanto, a ‘fisiologia social saintsimoniana’ pode ser entendida como a ciência positiva do homem e da sociedade. Seu aspecto positivo demanda a sua base de conhecimento sobre uma observação objetiva da ordem social para desvendar as funções em seu interior para conhecer as organizações sociais. De acordo com Saint Simon, as instituições sociais exprimem a composição e o funcionamento específico da sociedade, que devem ser consideradas a partir de uma concepção científica para revelar as razões das transformações atuais e futuras dos processos sociais.

⁴ As observações e/ou investigações expostas nos primeiros escritos de Saint Simon – *Cartas de um habitante de Genebra a sus contemporâneos* (1802), *Ensayo sobre la organización social* (1804), *Lettre au bureau de longueurs* (1808), *La historia del hombre* (1810), *Memórias acerca de la ciencia del hombre* (1813), *De la réorganisation de la société européenne* (1814) – foram efetuadas no campo das ciências físicas, na biologia e na história e constituíram, de forma gradual, o que seria definida, mais tarde, como as regras do método sociológico. Completamente tomado pelas preocupações da construção da ciência social, Saint Simon não se ocupou do estabelecimento de regras prévias, como se encarregou Comte ao definir as regras do conhecimento positivo. A epistemologia da fisiologia social em Saint Simon seria constituída por inúmeras confrontações e debates com as ciências naturais, conduzida a efeito no cerne de uma história intelectual viva e mediante uma série de adesões, contradições e impugnações: primeiramente buscou na física newtoniana e, depois, na biologia os modelos teóricos necessários para construir a sua ciência, mas ambas foram insuficientes para garantir o sucesso das intenções saintsimonianas que passa a refletir sobre o método histórico e em particular sobre a história das civilizações e, por último, sobre a economia política – tomando em análise as obras de Jean Baptiste Say e Adam Smith, que possibilitaram a constituição de uma estrutura intelectual própria do conhecimento social (GURVITCH, 1958, p. 43).

Ao definir que a ‘fisiologia social’ se ocuparia do estudo das organizações sociais com o objetivo de demonstrar a especificidade dos distintos sistemas sociais por meio da análise das características particulares das relações sociais, da composição das instituições e seu funcionamento interno/externo e a reciprocidade de suas relações, Saint Simon fundava as ‘Ciências Sociais’. A consequência imediata dessa criação foi representada pela própria condenação do regime político de seu tempo e do estabelecimento dos meios materiais para promover a sua extinção. As ‘Ciências Sociais’, segundo o autor, deveriam edificar as linhas para o seu desenvolvimento pleno e instituir uma prática política capaz de empreender a construção da nova sociedade.

A ‘fisiologia social’ não continha biologismo e se caracterizava pelo estudo do esforço humano coletivo, esforço material e espiritual, esforço de produção econômica, de criação moral e intelectual, esforço pelo qual a sociedade cria a si mesma, cria o homem, as estruturas sociais e as civilizações que lhes são próprias. Saint Simon designa a “[...] fisiologia social – cuja denominação mais apropriada seria sociologia – como a ciência da liberdade”, ideia que se encontra contida nas obras do jovem Marx (GURVITCH, 1958, p. 43).

Mediante os escritos contidos em *Du système industriel* e em *Nuovo cristianesimo*, a ideia de uma existência divina assume primeiro plano para atribuir um significado cada vez mais relevante aos sentimentos morais. Saint Simon acredita que, sem a caridade, a filantropia e o dever recíproco, não seria possível estabelecer a nova ordem social e humana para promover o respeito humano mútuo, assegurar a valorização de uma ativa razão fraterna e demonstrar a existência de uma comunidade natural, uma substância única que torna os homens irmãos (SAINT SIMON, 1821a; 1821b; 1949).

O Novo Cristianismo substituiria o antigo caráter religioso cristalizado na vigência do sistema feudal por uma religião da imanência, adaptada ao regime industrial do século XIX, sob o predomínio da moral sobre o dogma e o culto, porque a religião, em todos os tipos de estruturas sociais, é necessariamente moralizante e enaltece a caridade e o humanismo. A nova religião em Saint Simon passava a figurar logo abaixo do regime industrial, na medida em que se revelava a impotência da técnica, ante o poder político dos legistas e metafísicos associados ao poder econômico dos proprietários ociosos burgueses, para construir os fundamentos

capazes de promover a organização da sociedade tecnocrática.

O recurso da religião não afastou Saint Simon da construção de um sistema científico positivo, ordenado pelo conhecimento das sociedades, estabelecido por meio de observações históricas, econômicas e políticas, para a demonstração e explicitação do significado das necessidades presentes, resultando em um ajuste prático, capaz de dotar os homens de uma consciência clara de suas ações e realidades sociais (ANSART, 1969, p. 57-59).

Em sua busca por uma alternativa política para oferecer aos homens uma fórmula capaz de responder as tensões e solucionar as questões que se impunham à sociedade de seu tempo, Saint Simon não pretendeu e não se ocupou de forma efetiva da construção de tal sistema. Ele não realizou a tarefa de escrituração da formulação da ciência que se propunha a estabelecer e que representava o objetivo da nova sociedade tecnocrática organizada pelo conjunto de ideias que assegurassem a sua unidade.

O autoritarismo tecnocrático saintsimoniano é complementado por seu universalismo político, pois toda sociedade que se pretende verdadeiramente tecnocrática, não pode restringir-se aos limites territoriais de um único país. O universalismo saintsimoniano resultaria do trabalho efetivo, da atividade profissional, da aproximação de grupos homólogos e de trabalhadores similares em países diferentes, reunidos em associações organizadas e duradouras, mesmo com a existência de possíveis hostilidades entre as diversas nações.

De acordo com Saint Simon, essas associações se constituiriam em sociedades internacionais de cientistas, industriais e trabalhadores que se especializariam na proporção de sua multiplicação, importância e substância à civilização mundial. Para o intelectual francês, a tecnocracia figuraria como um fenômeno internacional em que os interesses nacionais não significam nada mais do que pretensões particularistas, destituídas de razão de ser, diante da magnitude do saber científico e industrial, fundamentais para o planejamento e desenvolvimento das forças materiais e espirituais da sociedade mundial.

Educação: fenômeno cultural e social

Na obra *De la reorganisation de la société européenne*, publicada em 1814, Saint Simon afirma que a prosperidade da humanidade não se encontra no passado remoto e menos ainda no passado recente; a prosperidade do homem está no futuro e repousa na perfeição da ordem que será estabelecida pela competência e eficiência da sociedade tecnocrática. O autor lamenta a impossibilidade de sua existência não alcançar o preconizado paraíso social e ressalta que os homens de seu tempo têm a responsabilidade e o dever de preparar o caminho, para que seus filhos possam chegar até ele um dia.

As pretensões saintsimonianas encontram seu corolário na organização de um sistema de ensino público, ligado às transformações sócio-históricas que se processavam na sociedade francesa. A educação representava importante ferramenta para a definição da reorganização da sociedade tecnocrática, orientada pela promoção do bem-estar coletivo, e para a divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada sujeito/trabalhador. As discussões sobre o sistema de ensino público são expostas em *Opinions littéraires, philosophiques et industrielles*, de 1825, obra na qual encontramos também as definições de educação, instrução e ensino e suas respectivas distinções.

O estabelecimento da sociedade tecnocrática deveria acontecer mediante a associação dos sistemas científico, religioso, legislativo, artístico e instrucional. O aperfeiçoamento da educação constituiria grande significado para a realização do bem-estar social e, vinculada ao ensino institucionalizado, poderia possibilitar a transmissão oral de hábitos e costumes para o desenvolvimento dos sentimentos e das habilidades para ensinar o homem a fazer aplicação dos mais diversos princípios e a utilizá-los na vida cotidiana em seus aspectos individuais, familiares, profissionais e sociais.

A proposta de educação saintsimoniana pode ser apreendida como fenômeno cultural e social, historicamente caracterizada por seu aspecto teleológico, transmitida integralmente em sua estrutura assentada em princípios e meios disponibilizados pela própria sociedade. A educação defendida por Saint Simon (1825) é configurada pela ação societária sobre o sujeito, visando a sua adequação aos padrões sociais, econômicos, políticos, bem como aos demais interesses convencionados pela sociedade.

Como fato histórico, a educação em Saint Simon se realiza no tempo e pode ser apreendida como processo que se ocupa da formação da pessoa humana em sua plenitude, para integrá-la à sociedade e ao modelo social em vigência. Como fenômeno cultural, representa a busca pela transformação e superação da sociedade capitalista, imbuída do propósito de fomentar o bem-estar comum, vislumbrando a difusão e transmissão da cultura em sua concepção global.

A definição de instrução de Saint Simon, por sua vez, pode ser apreendida como expressão e assimilação de conhecimentos e habilidades caracterizados pelo grau do desenvolvimento intelectual e capacidades inventivas da pessoa humana, considerando sua participação nos campos econômico, social, cultural e político visando sempre o exercício de suas atividades laborais.

O ensino no entendimento saintsimoniano, deveria ser entendido como processo de transmissão e apropriação do sistema de conhecimentos e capacidades duradouras aplicáveis como meio de treinamento contínuo para desenvolver e apurar as habilidades individuais. Para o autor, o ensino deveria constituir uma atividade direcionada pelos professores à formação qualificada ou especializada dos homens (aprendizes/alunos), consubstanciado na educação, na instrução e no treinamento profissional como formas concretas de manifestação da realidade objetiva que conduzem à formação qualificada do sujeito (SAINT SIMON, 1825).

Na concepção do intelectual francês, somente a interação das relações sociais representava a educação em sua essência, fundamental à constituição do homem como ser, e da sociedade como espaço da ocorrência de experiências individuais e coletivas, vivenciadas no passado e no presente, resultando em conhecimentos construídos e transmitidos às novas gerações para a edificação da sociedade tecnocrática.

Para realizar uma organização e sistematização harmoniosa entre o sistema público de ensino e os sistemas científico, religioso, legislativo e social, um *troisième cahier* (terceiro caderno) deveria ser incorporado aos primeiros escritos da obra *Catéchismedes industriels*, de 1875, concentrando as definições, tanto do sistema de ensino quanto do sistema científico: “[...] confiamos a execução deste importante trabalho que criamos as bases, ao nosso aluno Augusto Comte, que apresentará o sistema industrial a priori, à medida que continuamos a

construir o catecismo para ser exposto futuramente” (SAINT SIMON, 1875, p. 56).

O discípulo Augusto Comte desconsiderou as orientações do mestre, transformando o *Troisième cahierdu catéchisme des industriels* em uma publicação individual, sob o título *Perspectives du système de politique positive*, levando o próprio Saint Simon a elaborar as considerações sobre o sistema público de ensino, privilegiando inicialmente o proletariado com a educação, em detrimento da instrução:

[...] o desenvolvimento da educação propriamente dito é mais importante para o crescimento do bem-estar social do que o desenvolvimento da instrução. É a educação em si, que forma os hábitos, que desenvolve os sentimentos, que desperta a capacidade de previsão; ensina cada um a fazer aplicação dos princípios e a utilizá-los como guias corretos para dirigir a conduta de cada pessoa. A educação pode ser vista como conhecimento continuado, indispensavelmente necessário para a manutenção das relações entre os membros da sociedade (SAINT SIMON, 1825, p. 102).

Saint Simon (1825) reitera que apenas a aplicação da instrução à pessoa (criança, jovem ou adulto) de forma isolada não seria suficiente para prepará-la para enfrentar a realidade da vida, pois somente a educação reunia as condições para contemplar os princípios morais, os sentimentos individuais e coletivos do homem, a preparação profissional, bem como a inserção e o convívio em sociedade.

O autor nos convida a entrar numa situação hipotética e imaginar que crianças foram sistematicamente instruídas e completamente privadas de educação – da família, dos amigos, dos vizinhos, das relações sociais em si. Ele nos pede para reconhecer, por um breve momento, a existência de uma instituição de ensino em que as crianças frequentam os melhores cursos, têm os melhores professores em todas as disciplinas e gêneros. Durante as aulas essas crianças não podem e nem devem comunicar-se umas com as outras ou com o próprio professor, sobre qualquer coisa além das questões pertinentes ao conteúdo estudado. Nos intervalos das aulas, ficam separadas e permanecem completamente isoladas, para preservar a concentração e evitar qualquer tipo de distração.

Em tal situação, “[...] essas crianças são completamente privadas de educação. O que lhes aconteceria ao término do período de instrução formal? O que se tornariam ao entrar

no mundo?”. Segundo Saint Simon (1825, p. 102-103), essas crianças, provavelmente, seriam incapazes de identificar ou reconhecer a existência e utilidade dos mais singelos princípios sociais para se viver bem. Elas não teriam qualquer conhecimento ou experiência sobre as relações em sociedade e precisariam de muito auxílio para percorrer um longo caminho para aprender a sentir, para aprender a fazer, para estar em condições de ocupar uma função social determinada.

A essência da concepção de educação em Saint Simon é constituída pelas interações e relações sociais e são fundamentais para a própria constituição do sujeito como pessoa humana e da constituição da sociedade em si e para si, pois configura o espaço de ocorrência das experiências individuais e coletivas da humanidade, vivenciadas no presente, decorrentes do acúmulo de conhecimentos adquiridos no passado, transmitidos às novas gerações para a edificação da sociedade do futuro.

Na apreensão saintsimoniana, o papel desempenhado pelas instituições sociais como a família e a escola, no processo de formação em que a criança recebe informações triviais sobre os precedentes históricos da vida em sociedade, consubstanciam tanto os familiares (pais) como os supervisores de instrução em verdadeiros professores de toda pessoa humana. O ensino de hábitos e costumes, de princípios éticos e morais da vida cotidiana, promovem o desenvolvimento da inteligência das crianças, aproximando-as da aprendizagem dos conhecimentos mais abstratos (SAINT SIMON, 1825).

Saint Simon aponta o antagonismo de classes existente na sociedade francesa dos séculos XVIII e XIX ao expressar que o golpe de misericórdia lançado sobre o feudalismo significou apenas a transferência de posse da exploração exercida sobre a massa trabalhadora, do senhor feudal para burguesia, construindo as condições econômicas, políticas e sociais objetivas, ordenadas por meio da racionalidade e eficiência da indústria, para o possível estabelecimento da sociedade tecnocrática. A recém-nascida sociedade capitalista ainda não havia alcançado:

[...] o elevado grau de civilização que a última classe da nação francesa atingiu, ainda não consegue apreciar o verdadeiro valor de uma evolução positiva em inteligência, sofrido pela classe proletária. Proletários que ganharam clarividência e tornaram-se mestres de suas paixões e de

seus desejos mais naturais, capazes de suportar a fome ao lado da semente de trigo. Isso é especialmente superior em civilização, a classe mais numerosa das mais numerosas classes de outras classes, a classe pobre, tem precedência sobre a minoria dos demais conjuntos mais ricos, e essa superioridade é, sem dúvida, tudo o que há de mais positivo [...] esses sentimentos de animação motivam os proletários a desfrutar das primeiras circunstâncias que possam surgir para iniciar a guerra dos pobres contra os ricos, enquanto o proletariado francês tem apego e carinho para o rico industrial (SAINT SIMON, 1825, p. 105-106).

Apesar das limitações especificadas pelo intelectual francês acerca da instrução do proletariado, na medida em que enaltece a educação em prejuízo da instrução, ele reconhece a necessidade de promover e realizar o processo de instrução da classe trabalhadora, por meio da implementação do sistema público de ensino para acompanhar e, por sua vez, assegurar o desenvolvimento produtivo da indústria em prol do bem comum. Portanto, a criação e manutenção de um sistema público de ensino conveniente para o proletariado eram imprescindíveis.

Segundo Saint Simon (1821a, p. 266-267), era preciso adequar a instrução, de modo a associá-la às atividades laborais cotidianas do proletariado, pois a “[...] instrução que os pobres mais necessitavam era aquela que realmente os tornariam mais capazes e eficientes na realização de tarefas diárias que lhe eram cobradas”. As pessoas precisavam aprender também um pouco de geometria, física, química e higiene, pois constituem conhecimentos fundamentais e significativamente úteis para a vida cotidiana.

As propostas saintsimonianas para a instrução do proletariado partiam da possibilidade de criação e oferta de uma educação popular alinhada às transformações do sistema produtivo, com o propósito de desenvolver uma relativa consciência da classe trabalhadora sobre a importância de suas atividades como classe produtiva. Como peça fundamental para atingir a segunda fase de desenvolvimento do binômio educação-instrução, associada à evolução da indústria em sua fundamentação técnica e científica era preciso conquistar habilidades e competências fundamentais para a assunção à administração das coisas, tendo em vista a geração de riquezas e a consequente promoção do bem-estar da coletividade.

Considerando-se as relações sociais como elementos de aproximação e união entre os membros da mesma sociedade que possuem anseios, desejos, princípios e conhecimentos em comum, é possível entender que tais similaridades existem em decorrência do ensino empregado à sociedade, de acordo com Saint Simon (1821b, p. 105). Para ele, o ensino público constitui, antes de qualquer outra forma, a responsabilidade e o dever do Estado de garantir o acesso e a permanência do sujeito na instituição de ensino, assegurando o seu desenvolvimento pleno e atendendo também às necessidades requeridas pelo próprio desenvolvimento econômico do sistema.

Saint Simon ressalta que o desenvolvimento da sociedade encontra-se imbricado ao desenvolvimento da ciência, apreendida em âmbito geral na sua fundamentação teórica, traduzida à luz do campo da educação como consequência do esforço coletivo da atividade humana imanente que o produz. A unidade da educação-instrução deve ser entendida tanto como atividade material quanto como atividade espiritual que se manifesta igualmente na produção econômica, na indústria, nas tensões, conflitos, lutas e organizações sociais.

Neste sentido, para ele, não existe a possibilidade de admitir a unidade da educação (ciência geral ou filosofia), sem estabelecer um vínculo umbilical com a sociedade da qual emana; sem analisar seus processos ou determinar sua posição na atividade global dessa sociedade. Do mesmo modo, expressa a necessidade em definir e explicitar o papel a ser desempenhado por cada pessoa ou grupo de pessoas em seu interior.

Na apreensão saintsimoniana, a função social da educação localiza-se no nível de conhecimento acumulado e no grau de importância da função desempenhada por seus representantes. Por exemplo: para Saint Simon os estudiosos são superiores aos demais homens, pura e simplesmente porque as suas capacidades intelectuais e racionais lhes permitem realizar previsões, e somente o progresso da ciência configura o principal interesse comum da humanidade. Portanto, somente a esse seletivo grupo deverá ser concedida a direção da sociedade tecnocrática, representada por meio dos Conselhos de Newton, mais especificamente, “[...] o Conselho de Administração de Newton que coordenará todas as atividades da nova sociedade” (SAINT SIMON, 2004, p. 11-15).

Saint Simon (1825) argumenta que as atividades práticas deveriam ser precedidas de educação e instrução para a edificação da nova sociedade tecnocrática, pois as atividades laborais do operário, do industrial, do fazendeiro e do comerciante são essenciais para transpor o sistema capitalista vigente em sua época, e em direção a uma distribuição de riquezas e de oportunidades mais justas e igualitárias entre os indivíduos, na perspectiva de assegurar o bem comum para toda a população, respeitando-se as posições previamente definidas no Conselho de Newton.

Parte da utopia das teses saintsimonianas pode ser encontrada nas argumentações de que os cientistas e intelectuais, naturais das camadas abastadas, abdicariam – como o próprio Saint Simon abdicou – de suas posições socioeconômicas e políticas, de seus bens materiais e intelectuais e transfeririam para o povo tudo e todo o conhecimento que adquiriram e acumularam ao longo de anos, décadas, séculos, milênios. A desmedida crença saintsimoniana pressupunha uma ação filantrópica generalizada da classe dominante francesa para a partilha de todo o seu capital com a classe proletária, por sua finalidade e sua capacidade produtiva, orientada pela premissa cristã de que “todo ser humano deve amar ao seu próximo como a si mesmo”.

Saint Simon argumentava que a filosofia e a ciência em suas essências e significados não deveriam ser ensinadas e obedecer aos mesmos princípios para burgueses e proletários, mesmo considerando que, na sociedade tecnocrática, existiria apenas uma classe social: a industrial. O autor especifica as categorias contidas no interior da classe industrial e aponta os seus valores na estrutura organizacional administrativa: os cientistas, intelectuais e os proprietários industriais ocupariam o topo da pirâmide, apesar do reiterado discurso do desprezo à origem, tanto em materialidade quanto em espiritualidade dos novos ricos, e da herança aristocrática dos reis e príncipes assentada no direito divino. A nova sociedade deveria estar baseada no princípio de igualdade e excluir todos os tipos de privilégios.

Dentre as atribuições dos Conselhos do Conselho de Newton encontrava-se a incumbência de avaliar a capacidade intelectual das pessoas. Na apreensão de Saint Simon, aqueles sujeitos considerados menos capazes não teriam acesso direto ao aprendizado das verdades científicas, somente tomariam parte

desse conhecimento nos cultos e rituais definidos pelo Novo Cristianismo⁵.

A Academia de Belas Artes com base num código de sentimentos morais substituto dos preceitos e dogmas religiosos da Igreja Católica se responsabilizaria pela difusão da nova religião. A burguesia e demais estratos da classe dominante seriam educados e instruídos na Academia de Ciências, orientada por um código de interesses sociais. A filosofia e a ciência seriam integralmente ensinadas, em virtude das posses e da pressuposta capacidade elevada de aprender da classe dominante.

De acordo com as especificações de Saint Simon, as duas Academias deveriam atuar conjuntamente, com o propósito de instituir o sistema público de ensino, tendo em vista a formação de uma coesa força orientadora para o estabelecimento e sucesso da sociedade tecnocrática, assentada na unidade social. Primeiramente, seria realizada a formação e, em seguida, o aperfeiçoamento da classe proletária, pois os códigos serviriam de base para a instrução da sociedade.

Saint Simon justificava a proposição da existência dos dois tipos de instrução em virtude das condições e circunstâncias. Alegava que era perfeitamente compreensível que “[...] os ricos desfrutassem da vantagem de poder dedicar mais tempo e recursos à sua educação, na qual, o código geral de interesses que lhes é ensinado tem maior proveito do que aos pobres [...]”, mas seria preciso concentrar as preocupações e esforços para “[...] proporcionar à classe pobre uma educação que lhe permita mover-se para frente, de modo que os ricos não possam abusar da sua posição de superioridade e conhecimento” (SAINT SIMON, 1875, p. 201).

A proposta política do intelectual francês para a materialização do sistema público de ensino contida no *Quarto Caderno do Catecismo dos Industriais*, publicado em 1823, especificava a necessidade do Monarca Luís XVIII disponibilizar e:

[...] expor aos industriais os métodos que devem ser usados para que Sua Majestade queira confiar o mais importante deles o cuidado em realizar o projeto de orçamento público; indicar aos cientistas a maneira pela qual seriam escolhidos e encarregados entre os seus pares os mais capazes o cuidado de dirigir a educação

pública e os demais interesses morais da sociedade (SAINT SIMON, 1875, p. 197).

Essas especificações são evidenciadas na estrutura organizacional da administração para a nova sociedade, denominada por Saint Simon de ‘Parlamento Industrial’⁶, disposto na seguinte conformidade:

a) Câmara de Inversão: composta por 200 engenheiros, 50 poetas e literatos, 25 pintores, 15 escultores e 10 músicos. Essa Câmara seria responsável pela apresentação de projetos de obras públicas, pela organização de festas públicas da esperança e da lembrança e para melhorar o destino do povo;

b) Câmara de Exame: constituída por 100 físicos dos corpos brutos, 100 físicos dos corpos organizados e 100 matemáticos se encarregariam de examinar os projetos da Câmara de Inversão, elaborar o Projeto de Ensino Público e organizar as festas públicas em geral;

c) Câmara de Execução: representada pelos melhores proprietários industriais, sendo o número de membros proporcional à população do distrito. Essa Câmara Distrital seria responsável pela execução dos projetos elaborados pelas duas primeiras Câmaras.

Saint Simon (1875) exaltava o valor social das atividades econômicas patrocinadas pelo burguês proprietário industrial, ao considerar a sua capacidade racional e sua racionalidade, a sua competência e eficiência na condução de seus negócios particulares – razões que o qualificava para assumir a administração da coisa pública. O autor também reconhecia a existência de tensões e conflitos entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Entre os chefes dos trabalhos industriais e os executores dos trabalhos industriais e entre estes e os cientistas e intelectuais.

Na utópica e conflitante apreensão saintsimoniana, essas oposições e divergências de interesses se resolveriam de forma espontânea, por meio de ações conciliadoras e, ao mesmo tempo, acreditava que a existência do egoísmo e da ânsia pelo acúmulo de riquezas dos ricos poderia dificultar a organização da sociedade tecnocrática em sua unidade, a mesma que deveria primar por uma nova socialização do homem, fundamentada na solidariedade inovadora e nas relações produtivas.

Saint Simon preocupou-se demais com a valorização das atividades práticas como

⁵ Consultar: Saint Simon, 1949.

⁶ Consultar: Saint Simon, 2004.

instrumento imprescindível para a promoção da melhoria da qualidade de vida do proletariado; deixando de lado, a distinção entre as profissões que exigem uma concentração mais efetiva em atividades práticas, essencialmente manuais, daquelas outras, altamente especializadas e restritas à classe dominante. O autor reduziu as atividades naturais do espírito humano a atitudes puramente teóricas, em sua razão prática.

Considerações finais

A sociedade tecnocrática proposta e defendida por Saint Simon pode ser entendida em função da primazia da eficiência técnica produtiva, da utilização e aplicação racional dos recursos materiais e intelectuais, da distribuição e redistribuição igualitária da riqueza produzida destinada ao consumo final. Pode ser apreendida também, pela valorização das atividades inerentes ao devido exercício da autoridade profissional e pelos aspectos humanos com vistas a garantir o bem-estar individual e coletivo da sociedade.

A principal função da fisiologia social para Saint Simon (1875) era a de tornar a política positiva, desvendar os aspectos fundamentais para a organização social e indicar os meios possíveis para a sua realização, isto é, a transposição dos problemas científicos e filosóficos para uma prática política, que garantiria a supressão do modelo vigente por meio de uma grande revolução, caracterizada pelo advento da sociedade industrial, entendida como a união dos homens consagrados a um esforço comum e considerados em suas relações sociais.

As proposições teóricas de Saint Simon para a organização de um sistema de ensino público, associado às transformações sócio-históricas que se processavam na sociedade ocidental e constituiriam em importante instrumento para a definição da reorganização político-social tecnocrática, orientada para a promoção do bem-estar coletivo, mediante a divisão, distribuição e redistribuição das riquezas, de acordo com a capacidade produtiva de cada pessoa/trabalhador.

Apontamos alguns fundamentos orientadores das propostas teóricas saintsimonianas para a instituição da sociedade administrada pela ação racional da tecnocracia, considerada como uma alternativa política ao capitalismo, sob a perspectiva de uma organização científica do Estado, na qual e pela qual os interesses privados e as ideologias da

classe dominante deveriam ser desprezados, em prol do bem-estar comum da população mundial, a saber:

1) Os cientistas, engenheiros, especialistas e técnicos, tanto por formação, atividade e experiência, quanto por competência e eficiência técnica compõem o quadro geral da indústria. Portanto, é o único estrato de classe capaz de produzir as transformações necessárias à boa saúde da indústria e conduzir a sociedade em direção a uma vida mais digna e confortável;

2) A técnica deve substituir gradativamente a ineficiência da ação política dos legistas e metafísicos com vistas a evitar desperdício de recursos de qualquer ordem e, sobretudo, evitar a existência da corrupção;

3) O caminho a ser trilhado para formar e adequar a humanidade aos novos padrões morais e sociais é, sem dúvida, o da educação. Único campo capaz de garantir a formação e implementação de políticas públicas que atendam os interesses reais de toda a sociedade, em especial, da classe proletária, visando à promoção e garantia do bem-estar comum;

4) A tecnocracia deve zelar para que a pessoa humana tenha assegurada a oportunidade de acessar e completar a sua formação instrucional em uma instituição pública de ensino, sob a responsabilidade do Estado;

5) Os tecnocratas precisam atuar de forma hostil em relação aos políticos, às suas práticas e instituições, que, por sua vez, devem ser reduzidos a um simples problema técnico;

6) A instrução deve ser aplicada como mecanismo de ensinamento permanente dos conhecimentos essenciais para a existência e manutenção das ações e relações entre os sujeitos que integram a sociedade tecnocrática e o sistema produtivo.

7) A tecnocracia deve ser contrária a determinados critérios morais ou políticos instituídos pela religião e pela classe dominante, levando sempre em consideração que todo problema deve ser tratado de forma científica, racional e objetiva, pois, para qualquer problema social deve existir uma solução técnica e objetiva.

Saint Simon em seu tempo, por ingenuidade, por desconhecimento ou por obcecada determinação na crença da abdicação individual e na legitimação natural da dominação tecnocrática, parece não ter considerado as contradições econômicas, políticas, sociais e culturais das relações materiais no interior da sociedade. As suas proposições para reprimir ou suprimir os problemas socioeconômicos não

levaram em conta que o estabelecimento de uma nova ordem de dominação gera imediatamente novos problemas, o que consubstancia, portanto, o principal dilema político da tecnocracia proposta pelo autor.

Somente é possível suplantar uma ordem de dominação estabelecida quando o consenso para a sua existência for completamente exaurido, ou seja, a proposição para a supressão da sociedade capitalista requer um consenso mínimo para a sua legitimação. Qualquer relação de dominação é constituída pelo entrelaçamento complementar de instrumentos objetivos de poder e de coerção, auxiliada por sistemas subjetivos de motivação que a confirmem e reproduzam.

Não existe a possibilidade de haver a dominação de uma nova conformação histórica significativa se a consciência afirmativa daqueles que podem apoiá-la ou aprová-la não for considerada. Saint Simon na construção de suas teses parece ter ignorado tal princípio, ao acreditar que o modo de funcionamento da sociedade tecnocrática estava determinado pela eficaz aplicação dos métodos científicos e pela maximização da eficiência produtiva da indústria, conduzida pela passividade dos cientistas e intelectuais, sem considerar as relações de produção, ou seja, as condições para a aplicação de tais meios e/ou recursos.

Saint Simon equivocou-se ao acreditar que o estabelecimento da sociedade tecnocrática se daria pela simples renúncia do *status quo* e pela imediata subserviência do proletariado à nova ordem. Ele deixou de observar que a legitimação da dominação não constitui categoria a-histórica e sem função na sociedade.

Contudo, não podemos deixar de inferir, que a utopia tecnocrática saintsimoniana por sua natureza e pelas condições que caracterizaram o contexto histórico de sua construção, pode ser assimilada como instrumento para o exercício intelectual e como obra política dedicada às questões de ordem social e, ainda, pela própria impossibilidade da edificação e estabelecimento de uma sociedade liderada e dirigida sob as racionalidades técnicas e produtivas de cientistas e industriais (tecnocratas).

Referências

ANSART, P. **Saint Simon**. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

GURVITCH, G. **Los fundadores franceses de la sociología contemporánea: Saint Simon y Proudhon**. Buenos Aires: Ediciones Galatea, 1958.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Polar, 1961.

SAINT SIMON, H. C. de. **De la réorganisation de la société européenne**. Paris: Delaunay Libraire, 1814.

_____. **L'industrie: discussions politiques, morales et philosophiques**. Tome premier. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Salle de Lecture des Imprimés, 1817.

_____. **Du système industriel**. Paris: Antoine-Augustin Renouard, 1821a.

_____. **Du système industriel: au roi, première adresse**. Deuxième Partie. Paris: Marchands de Nouveautés, 1821b.

_____. **Opinions littéraires, philosophiques et industrielles**. Paris: Galerie de Bossange Père Libraire, 1825.

_____. **Catéchisme des industriels**. Paris: Libraire de la Société des Gens de Lettre, 1875 (publicação original de 1823).

_____. **Nuovo cristianesimo**. Milano: Universale Economica, 1949.

_____. **Cartas de un habitante de Ginebra a sus contemporáneos**. Cibernética, maio de 2004 (publicação original de 1802). Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/filosofia/saint_simon/saint_simon.html>. Acesso em: 01 fev. 2011.

_____. La disputa entre las abejas y las avispas de la situación respectiva de los productores, de los consumidores y no productores. In: IONESCU, G. **El pensamiento político de Saint Simon**. 2. ed. México: FCE, 2005 (publicação original de 1819).

Recebido em: 30/10/2014

Aceito em: 08/05/2015